



Anais da Assembléia

N.º 142

CURITIBA, SEXTA-FEIRA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 132.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1984.

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida Cesar e Erondy Silvério.

A hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basilio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de

congratulação pela posse do Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Juiz Sidney Ditrich Zappa.

REQUER ainda que seja enviada cópia do presente expediente ao homenageado no Tribunal de Justiça do Paraná - Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 21/12/84.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

No seu discurso de posse se pode avaliar sua inegável vocação de jurista qualificado e digno do respeito e admiração de todos.

A sua afirmação, que transcrevemos, revela o ajuste da sua competência de magistrado.

"O bom juiz põe o mesmo escrúpulo no julgamento de todas as causas por mais humildes que sejam. É que sabe que não há grandes e pequenas causas, visto a injustiça não ser como aqueles venenos a respeito dos quais certa medicina afirma que, tomados em grande doses, matam, mas tomadas em doses pequenas, curam. A injustiça envenena, mesmo em doses homeopáticas."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata desta Casa VOTO DE CONGRATULAÇÕES aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA, MÁRIO LOPES DOS SANTOS e ABRAHÃO MIGUEL, eleitos no dia de ontem, respectivamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado, cuja posse se dará a 1.º de fevereiro do próximo ano, dando-se ciência deste requerimento aos homenageados.

Sala das Sessões, em 21/12/84.

(a) CAITO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Conforme declaração do atual Presidente, Desembargador Alceu Conceição Machado, o resultado da eleição de ontem proclamou mais uma vez um tribunal altaneiro e independente, onde a vontade da maioria prevaleceu.

Todos os eleitos possuem excelente currículo, com muitos anos de magistratura e, temos certeza, possuem todas as condições necessárias para conduzir os destinos da mais alta Corte de Justiça do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do Plenário, o envio de expedientes aos senhores Superintendente do Desenvolvimento da Pesca, Secretário de Estado da Agricultura e Diretor-Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, encarecendo energéticas medidas para coibir a pesca predatória nos rios paranaenses, notadamente no Rio Paraná e no Paranapanema.

Sala das Sessões, em 21/12/84.

(a) NILSO SGUAREZI e

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O Vereador ARNALDO AUGUSTO, da Câmara do Município de Nova Londrina, demonstrando elevada preocupação com crimes perpetrados contra a natureza, comprometendo a vida em nossos rios, teve requerimento de sua autoria, aprovado pelos seus pares, com o objetivo de encarecer às autoridades do setor, as providências pleiteadas na súmula do presente documento. Pescadores profissionais, farta e modernamente equipados, invadem os rios Paraná e Paranapanema em qualquer época do ano retirando de suas águas quantidades incalculáveis de toda sorte de peixes. Não atentam para a época de desova e enxerto. Machos e fêmeas de quaisquer tamanhos e peso são capturados indiscriminadamente e em grandes caminhões frigoríficos são transportados para comercialização nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Estes atos foram documentados com fotos tiradas por um companheiro nosso da Assessoria de Meio Ambiente da Secretaria do Interior, já em mãos do Presidente ITC.

Infelizmente, os órgãos encarregados de coibir estas afrontas à reserva da fauna ictiológica contam com apenas duzentos e vinte elementos para cobrir as margens de todos os rios paranaenses.

Urge, portanto, que tais organismos ampliem seu efetivo de fiscalização e policiamento para que a lei e o meio ambiente sejam respeitados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, inteiro teor da nota publicada no jornal "Correio de Notícias", edição de 20 do corrente, de autoria do jornalista TATO TABORDA, intitulada "Tempestade em Copo D'Água".

Uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Diretor

Presidente do jornal "Correio de Notícias" - Senhor CELSO F. HILGERT e ao jornalista TATO TABORDA.

Sala das Sessões, em 21/12/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

OBS:

Em anexo cópia da matéria publicada no jornal "Correio de Notícias", parte integrante da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso, inscrito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No ocaso deste período legislativo, tenho ainda a felicidade de consignar, desta tribuna, dois eventos significativos, desses que revigoram nosso ânimo e nossas esperanças.

No dia 14 de dezembro passado, não obstante as dificuldades do momento, o Município de Cruzeiro do Sul e o Município de Mandaguaçu, na oportunidade em que comemoravam seus respectivos aniversários, deram uma demonstração de vitalidade e de pujança que impulsionam as cidades do interior do nosso Estado.

Em Cruzeiro do Sul, entre as comemorações que assinalaram a data máxima daquele município, desejo registrar a inauguração da sua Fábrica de Adubos Organo-Minerais, que constitui, sem dúvida, um marco histórico na vida econômica e social daquela região e, conseqüentemente, do Estado.

Acresce mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados. É que a Fábrica de Adubos Organo-Minerais, que acabava de se inaugurar, é um empreendimento levado a cabo exclusivamente por um grupo de empresários locais, de Cruzeiro do Sul, que acreditam na força de seu trabalho e nas potencialidades econômicas do nosso Estado.

De parabéns, portanto, a Vegetação-Indústria e Comércio de Adubos Organo-Minerais Ltda., de parabéns o povo de Cruzeiro do Sul, suas autoridades, principalmente seu grande Prefeito, Ademir Mulon, que dirige, com dinamismo e seriedade, os destinos de uma cidade convicta de suas forças do presente e de seu futuro maior.

Coincidentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, bem próximo dali, a cidade de Mandaguaçu vivia também as comemorações de seu aniversário, entre outras solenidades, a pavimentação da Avenida Governador Ney Braga, pedra fundamental do futuro Ginásio de Esportes coberto e destacando-se, principalmente, a inauguração de sua Indústria de Destilaria de Alcool. Essa Microdestilaria de Alcool, com capa-

cidade inicial de 5000 litros diário, é, de maneira semelhante, uma iniciativa do próprio Município de Mandaguáçu, através de uma cooperativa, cujo maior acionista é a Prefeitura Municipal.

Justo, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos congratulemos com Mandaguáçu, com suas autoridades, mormente com seu dinâmico Prefeito, Antonio Saes, não só enquanto fortalecem o espírito salutar do associativismo, como enquanto projetam a sua região nos empreendimentos de grande efeito multiplicador.

É, particularmente, motivo de satisfação destacar as inaugurações da Fábrica de Adubos Organo-Minerais, de Cruzeiro do Sul, e da Microdestilaria de Alcool, de Mandaguáçu, como também os grandes reflexos desses empreendimentos sobre as populações rurais daquela região, que vêm, assim, abrirem-se novas atividades econômicas, compatíveis com o módulo básico de suas terras.

Por outro lado, a criação de novas agro-indústrias assegura uma geração de empregos compatíveis com as necessidades do crescimento demográfico e da mobilidade da população, no território do Estado. Não é comum, em qualquer ponto do Brasil, vermos instalar-se no interior do Estado duas microempresas industriais, praticamente no mesmo dia e na mesma hora.

Por essas razões, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço este registro ao tempo em que me congratulo com os Municípios de Cruzeiro do Sul e de Mandaguáçu, por se incluírem no parque produtivo do Estado que cria empregos e gera renda."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Tendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário da Liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI - O Deputado Acir Mezzadri, por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Tenho a satisfação de propor aos meus dignos Pares que se registre um voto de louvor à Companhia Paranaense de Energia - COPEL - pelo excelente desempenho que esta

empresa vem apresentando na eletrificação em nosso Estado, quer na ampliação do atendimento às áreas urbanas, que na expansão da rede rural de distribuição de energia elétrica.

Minha proposição, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se fundamenta em recente pesquisa de opinião pública realizada junto à população do Paraná pelo Instituto Gallup, abrangendo as diversas áreas do Governo José Richa, na qual o setor de energia obteve o maior índice de aprovação.

O resultado dessa pesquisa bem demonstra o respeito que o povo do nosso Estado devota ao trabalho sério que a concessionária estadual vem realizando em consonância com as diretrizes do Governo do PMDB, formuladas com clareza no Plano de Ação 1983/1986.

Basta dizer, neste sentido, que a COPEL efetivou de 1983 até outubro do corrente ano 102 mil ligações residenciais urbanas, elevando assim a mais de 1 milhão e 40 mil o número de domicílios atendidos diretamente pela empresa em todo o Estado.

Em outros termos: isto significa a oferta de eletrificação a mais de 5 milhões de paranaenses que vivem em nossas cidades. Tais números refletem o excepcional êxito dos programas da COPEL, notadamente da Campanha de Ligação de Consumidores - CLIC Urbana, lançada com o objetivo de dar prioridade ao atendimento às camadas menos favorecidas da população urbana, em especial àquelas famílias que, por habitarem nas periferias das cidades de médio e grande porte, permaneciam à margem do serviço público de energia elétrica.

O campo, a seu turno, também tem recebido a especial atenção da COPEL. Cabe destacar que a empresa - graças à simplificação de padrões e à introdução de inovações tecnológicas na construção de linhas e redes - tem conseguido tornar o custo da eletrificação rural acessível a um número cada vez maior de paranaenses. Trata-se de uma autêntica revolução democrática no usufruto dos benefícios da energia elétrica, pois não se pode falar em democracia no sentido político do termo se, ao mesmo tempo, os avanços técnicos não beneficiarem um número cada vez maior de pessoas a um custo cada vez mais acessível.

Não podemos, por tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de nos associar ao povo paranaense no reconhecimento do excepcional desempenho da Companhia Paranaense de Energia, conforme aqui o apresentamos aos nobres colegas.

A consagração de um voto de louvor à COPEL é, pois, medida que se impõe como justo reconhecimento também desta Casa ao trabalho daquela empresa."

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do horário restante que lhe é destinado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Ocuparei a tribuna, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra, o Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, apenas para formalizar o encaminhamento de um requerimento que objetiva evitar a pesca predatória que vem se verificando no Rio Paraná, de minha autoria e do Deputado Basílio Zanusso.

Mas, eu aproveito a oportunidade, em nome da nossa bancada e em nome do Governo do Estado do Paraná, para desejar à Mesa Diretiva dos trabalhos da Assembléia Legislativa na pessoa do ilustre Presidente, Deputado Trajano Bastos, na presença sempre marcante da bancada do Partido Democrático Social, nossos Colegas de atividades, Senhores Deputados, nos Funcionários e Funcionárias deste Poder, nos Senhores jornalistas representantes da imprensa escrita e falada do Paraná, queremos marcar aqui o nosso agradecimento por toda colaboração que recebemos no decurso deste 1984. Auguramos um Bom Natal a todos e que 1985 seja realmente não apenas um Ano de esperança, mas um Ano de concretização do grande processo de abertura democrática que todos nós estamos empenhados há tanto tempo.

Por isso, Senhor Presidente, em nome da bancada do PMDB, em nome do Governo do Estado do Paraná, apresento a todos os integrantes deste Poder, os nossos votos de um Bom Natal e Feliz 1985.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Encerrada a Hora do Expediente, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, levanto esta questão de ordem, só para registrar que no encerramento do período legislativo, já fiz o pronunciamento em nome da nossa bancada, agradecendo e cumprimentando a Mesa, mas peço a Vossa Excelência que, nesta oportunidade, só transmita os meus votos em nome de nossa bancada, a Vossa Excelência, à Executiva, aos Deputados do PDS e do PMDB, desejando um Feliz natal e que 85 seja co-

roado de êxito para desenvolvimento do Paraná e do Brasil. E a toda a imprensa como nós já nos pronunciamos por ocasião do encerramento do período legislativo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 378/84, (Mensagem n.º 287/84), que objetiva alterar a Tabela de Taxas a que se refere o Art.25 (itens 9.1, 13 e 14 do Anexo 1), da Lei n.º 7811, de 29.12.83 (Taxas de serviços cobrados pelo DETRAN). Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 32.º aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências urgentes para o término da construção do Hospital Regional do Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jornal "Correio de Notícias", por seus compromissos e encaminhamentos em favor das grandes causas paranasistas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento do trecho que liga o Distrito de Guanabara à BR-277, no Município de São Miguel do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela passagem do 29.º aniversário de emancipação política do Município de Coronel Vivida. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações no sentido de esclarecer a esta Casa, se quando da concessão de linhas para o

transporte coletivo intermunicipal, foi cumprido o que determina o já referido artigo 21 de nossa Carta Magna Estadual. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo para que o Governo do Estado assuma o ensino de 1.º grau no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo reforma nas escolas estaduais do Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo obras de revestimento primário da estrada secundária que interliga o Distrito de Marisa, Município de São Pedro do Ivaí à PR-546, Município de Itambê, numa extensão de 8 Km. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão ao Poder Executivo, a fim de que possam merecer o devido estudo e avaliação quanto as suas aplicações como programa ou meta de governo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do documento intitulado "1985 - Ano I da Democratização da UFPR. Diretas em todos os níveis". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações para as solenidades de aniversário do Regimento Coronel Dulcídio, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo determine à SANEPAR providências na recuperação da bacia de captação de água que serve à população do Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente aos Senhores Presidentes do Tribunal de Justiça e de Contas do Estado, encarecendo o cumprimento do disposto no art. 2.º da Lei Complementar n.º 17, e outras providências relativas ao imposto de renda dos servidores do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caito Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a execução de reformas na Escola Padre Cirilo Ensino de 1.º Grau, no Município de Capanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro das Minas e Energia e Governador do Estado, encarecendo para que não sejam repassados para os usuários os custos de investimento e de implantação do novo sistema de cobrança das tarifas de consumo de energia elétrica-tarifas diferenciadas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Justiça, encarecendo para que a Assistência Jurídica gratuita seja ampliada também para as causas trabalhistas, estendendo o benefício e o direito de justiça a uma grande parte da nossa população. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um Posto da Polícia Rodoviária Estadual na rodovia PR-488, que liga a BR-277 ao Município de Santa Helena, na altura do Km 8. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse do Desembargador do Tribunal de Justiça, Juiz Sidney Ditrich Zappa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Desembargadores Armando Jorge de Oliveira, Mário Lopes dos Santos e Abrahão Miguel, pela eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Superinten-

dente do Desenvolvimento da Pesca, Secretário da Agricultura e Diretor-Presidente do ITC, encarecendo providências para coibir a pesca predatória nos rios paranaenses, notadamente no Rio Paraná e no Paranapanema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da nota intitulada "Tempestada em Copo D'Água", publicada no jornal "Correio de Notícias". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Procurador Geral da Justiça, encarecendo a elaboração e encaminhamento de planos de lei a esta Casa, pelos quais se possibilite reajustar os vencimentos da Magistratura e do Ministério Público. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando providências no sentido de propiciar à seção do Instituto de Identificação do Paraná, sediada no Município de Londrina, instalações adequadas e pessoal necessário, por parte da Secretaria de Segurança Pública. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Jardim Alegre. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a urbanização da Rodovia do Xisto - BR-476 - trecho que abrange o perímetro urbano do Município de Araucária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de emancipação política do Município de Pinhão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a conclusão da PR-423, trecho compreendido entre as BR-476 e BR-116, que liga os Municípios de Araucária a Mandirituba. Aprovado. À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Jorge Kudri, pela sua reeleição por unanimidade na presidência da Federação Paranaense de Futebol de Salão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela passagem do 30.º aniversário de emancipação política do Município de Chopinzinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Prefeitura Municipal de Toledo, à Secretaria da Educação e ao Departamento de Esportes, pela realização dos IV Jogos Abertos de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela nomeação do Doutor Signey D. Zappa para o cargo de Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Quem Guarda o Guarda", publicado no jornal "O Estado do Paraná". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Quinta do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 3.º aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Chefe da Casa Civil, encarecendo informações acerca dos recentes espetáculos artísticos de

Fafá de Belém em diversos Municípios do Estado, com participação inquestionável de certos órgãos estaduais. Rejeitado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

5 Senhores Deputados aprovam; 5 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

A Mesa quer registrar com satisfação a presença em Plenário de Sua Excelência o Senhor Luciano Micharki, Prefeito de São João do Triunfo.

A Mesa da Assembléia Legislativa quer agradecer as manifestações expressas pelos Senhores Líderes de Bancadas e ao retribuí-las quer a Mesa Executiva agradecer a participação, a colaboração e o trabalho de desenvolvimento por todos os Senhores Deputados durante o exercício de 1984, fazendo com que através deste trabalho dedicado pudesse a Assembléia Legislativa do Estado dinamizar os seus trabalhos e se projetar no seio da sociedade paranaense como um Poder legitimamente representante da vontade popular.

Quero agradecer também a todos os Funcionários desta Casa que emprestaram a sua colaboração, a sua dedicação para que pudessemos chegar a bom termo ao final deste exercício. E quero a todos em meu nome pessoal e em nome da Mesa Executiva, desejar, a todos os Senhores Deputados e seus familiares, a todos os Funcionários desta Casa, à Imprensa do Paraná, os votos de um Natal Feliz e de um Ano Novo que possa trazer ao povo brasileiro felicidades e que o povo brasileiro possa ver concretizadas todas as nossas esperanças para que a nossa Nação se reencontre num futuro próximo e possamos viver num país realmente democrático e que a liberdade possa pairar sobre a Nação e se perpetue no tempo e que este País, através de um novo tempo possa propiciar justiça social a todos os brasileiros para que a nossa geração possa legar uma Nação realmente justa, realmente democrática aos nossos filhos e aos nossos netos.

(PALMAS)

Tendo a Assembléia Legislativa cumprido a apreciação de toda a matéria, objeto de convocação extraordinária, de sessões, para o período de 6 a 31 do corrente mês pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, esta Presidência solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a leitura

da Sinopse dos trabalhos realizados desde o dia 6 até a presente data.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Lê):

S I N O P S E

dos trabalhos legislativos e administrativos do período extraordinário, compreendido entre 06 de dezembro a 31 de dezembro 1984.

PRESIDENTE Deputado TRAJANO BASTOS
1.º SECRETÁRIO Deputado GERNOTE KIRINUS
2.º SECRETÁRIO Deputado FRANCISCO ESCORSIN

Sessão de Instalação	001
Sessões Ordinárias	009
Projetos de Lei apresentados	012
Projetos de Lei aprovados	059
Projetos de Lei Sancionados pelo Senhor Governador	048
Projeto de Lei vetado	001
Projetos de Resolução aprovados	036
Requerimentos dos Senhores Deputados ..	108
Votos de Louvor, Regozijo e Congratulações	026
Votos de Pesar	014
Mensagens do Senhor Governador	016
Ofícios do Senhor Governador	049
Ofícios diversos	004
Portarias baixadas pelo Senhor Diretor Geral	020
Decretos Legislativos	008
Resoluções promulgadas pelo Senhor Presidente	062

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Solicito ao Senhor 2.º Secretário que proceda a leitura da ata que deverá ser apreciada ainda nesta sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discutí-la, declaro-a APROVADA.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente Trajano Bastos, eu queria nesta oportunidade, me permita, parabenizar Vossa Excelência pelo extraordinário trabalho como Presidente da nossa Casa, Vossa Excelência honrou, dignificou o Parlamento do Paraná e eu não poderia, no encerramento deste ano legislativo, dizer da minha alegria do meu orgulho de ter tido um Trajano Bastos como o mandatário, como o Presidente da minha Casa de Leis, a Casa de Leis do povo do Paraná.

Que DEUS conserve Vossa Excelência, muito obrigado e eu tenho certeza que o povo do Paraná compreende e sabe perfeitamente que Vossa Excelência como Presidente

foi um Presidente independente que respeitou a todos independentemente de partido político, quero ao mesmo tempo parabenizar a Mesa Executiva, todos os Funcionários da Assembléia Legislativa e pedir que esse Cristo, que é o meu maior amigo, esse Cristo que morreu por nós, nos libertou de todos os pecados, que Cristo que é o meu maior amigo, é o maior amigo da humanidade, esteja presente na vida e no coração de cada Deputado, de cada Funcionário da Assembléia Legislativa, concedendo saúde, energia e discernimento a todos. Parabéns Deputado Trajano Bastos, que o nosso DEUS o Nosso Pai conserve sempre em Vossa Excelência esse vigor, esse entusiasmo, essa dignidade no comando de importantes funções da vida pública brasileira. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa quer agradecer a manifestação de Vossa Excelência e em meu nome pessoal agradeço profundamente as referências elogiosas que Vossa Excelência tece a meu respeito, muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar e tendo a Assembléia cumprido a apreciação de toda a matéria, objeto da Convocação Extraordinária, durante o período de 06 a 31 do corrente mês, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, declaro encerrada a presente sessão, bem como o atual período de convocação extraordinária de sessões. Convocando a seguir os Senhores Deputados para se reunirem no dia 27 de fevereiro de 1985, à hora regimental, para a eleição da Mesa que dirigirá o Poder Legislativo nas terceira e quarta Sessões Legislativas da Décima Legislatura, como dispõe o artigo 12 do Regimento Interno, ressaltando a possibilidade de uma nova convocação Extraordinária pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ou ainda, a requerimento assinado por dois terços dos senhores Deputados como dispõe a Constituição Estadual.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 1984.

OPINIÃO TATO TABORDA

TEMPESTADE EM COPO D'ÁGUA

A atividade política nos últimos anos tem sido dirigida de forma pragmática, deixando pouco espaço para os beau-gestes. Meu padrinho, Manoel Freitas Valle Aranha, era um mestre em atitudes corajosas, atender inimigos e sofrer crítica de compa-

nheiros. Maneco Aranha, em 1937 transportou o líder integralista Severo Fournier no porta-malas de seu carro, dando-lhe fuga depois do malogrado assalto ao Palácio Guanabara, para matar Getúlio. Maneco não era integralista, ao contrário, era um oficial do Exército com marcadas atitudes em defesa da democracia. Mas para ele, salvar o amigo não era questão ideológica. O gesto custou-lhe a carreira militar, retomada vinte anos depois por decisão do Supremo Tribunal Federal. Incorrigível, meu padrinho, em 1945, soube que o Palácio do Governo, no Alto São Francisco, estava cercado por pessoas que queriam trucidar o interventor Manoel Ribas, recém demitido, depois da queda de Getúlio. Ribas, fechado em uma das salas ouvia o rugir de uma multidão de indignados curitibanos, que pretendia usar a humilhação do velho político como forma de resgatar quinze anos de beija-mãos. Maneco entrou no Palácio dando trancos, arrombou a porta da sala onde estava Ribas. Colocou o ex-interventor debaixo da proteção de seus 120 quilos e saiu sem ligar para os apupos dirigidos ao herói e ao derrotado.

De certa forma, o governador José Richa ao concordar com emenda Anibal Khury, que permite colocar em disponibilidade os três altos funcionários do Tribunal de Contas, foi levado por um beau-geste que merece respeito.

É que dois destes funcionários foram seus ferrenhos adversários políticos. O procurador Túlio Vargas foi candidato ao Senado contra Richa em 1978. Uma campanha dura que deixou cicatrizes. Conhecendo o governador há quase trinta anos, sei que teria um drama de consciência para assinar a demissão do adversário derrotado.

Outro beneficiado pela emenda Khury é o ex-prefeito de Campo Largo, Nilton Puppi, que para assumir o cargo no Tribunal de Contas renunciou a uma eleição para deputado estadual. Puppi combateu Richa tanto em 1978 quando 1982, além de ter perseguido politicamente, quando prefeito, inúmeros simpatizantes do PMDB.

"Tudo bem", poderia dizer algum atento leitor: "Mas não se pode fazer beau-gestes em prejuízo do Estado". Entretanto, é preciso recolocar as coisas no seu devido lugar, mostrando que a efervescência de alguns deputados não passa de tempestade em copo d'água. Em primeiro lugar, não existe desrespeito à decisão do Supremo que considerou ilegal a contagem de tempo de quatro altos funcionários do TC e determinou que voltassem a trabalhar. Os atingidos vão voltar para o Tribunal, dando-se cumprimento à decisão. A emenda Khury representa uma atitude ética do Estado com relação aos indiretamente atingidos pela decisão. Funcionários regularmente nomea-

dos que perderiam seus cargos por falta de vagas. Entretanto, para assumir estas funções no TC foram obrigados a abandonar outras funções para as quais não poderiam voltar agora.

Não seria difícil para estes três funcionários conseguirem de um tribunal sentença reconhecendo a ocorrência de perdas e danos, decorrentes de ação direta do Estado. Além disto, dos quatro funcionários que tiveram suas aposentadorias cassadas, três vão requerer suas aposentadorias dentro de poucos meses, permitindo o aproveitamento dos três que serão colocados em disponibilidade caso venha a ser aprovada a emenda Khury.

Os adversários da emenda procuram envolver na questão o procurador geral do Estado, Mauro Maranhão, que nada tem com o assunto. Convém lembrar a integridade do procurador geral que assinou há menos de um mês representação dirigida ao Supremo Tribunal Federal para que seja cancelada a forma como vem sendo calculado o "repicão" pelo Tribunal de Justiça, dando a este adicional por tempo de serviço uma interpretação que permite um aumento de 250% para funcionários com mais de 30 anos de serviço, como é o caso de todos os desembargadores. O procurador Maranhão é filho do desembargador Guilherme Maranhão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 1984.

QUEM GUARDA O GUARDA?

Reginaldo Fanckin

"O Estado do Paraná em 2/12/84.

"Quis custodiet custodiem" (Quem guarda o guarda?) é a interogação que se encontra bem no centro da recente pendenga entre a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas.

É histórica a resistência em se admitir que alguém diga a última e definida palavra nos negócios públicos. O temor da decisão irrecorrível, tomada por quem personalize o poder, nos vem de Rousseau através de Montesquieu, encarnou em Rui Barbosa e se manifesta renitente ainda hoje no bacharelismo crônico.

A propósito, observa o pensador francês Ives Simon (Filosofia do Governo democrático): "Se um discípulo de Rousseau tiver de escolher entre uma situação que lhe é imposta, sem nenhum constrangimento de sua parte, e uma situação agradável a ser voluntariamente aceita em virtude de um sentimento de obediência, optará pela

primeira como a que mais se ajusta à sua noção de liberdade".

Expressando o medo pânico da burguesia triunfante em relação ao retrocesso dinástico, Montesquieu engendrou o decantado sistema de pesos e contra-freios na ilusória esperança de conter um poder opondo-lhe outro. Por meio dessa mecânica equilibrista, buscava diluir ao longo de um processo impessoal a subjetivação dos atos decisórios.

Tinha que dar nisso.

É certo que o Tribunal de Contas originariamente não compõe a ciranda montesquiana. Todavia, retrata por inteiro seu espírito. Com efeito, proclama a Constituição que ao Legislativo cabe tomar as contas dos administradores públicos, auxiliado pelo Tribunal de Contas. Deixa bastante claro que o Legislativo - aqui a gongorra pára, contra a vontade de Montesquieu - recebe da Carta Política a incumbência de fiscalizar, em última instância, a forma como os recursos estatais são aplicados. Se autoriza a cobrança de tributos, via orçamento da receita, impõe-se-lhe o correspondente dever de controlar a regularidade das despesas em face da programação preestabelecida.

E suas próprias contas?

Determina a Constituição que sejam elas submetidas ao seu auxiliar nessa função específica, ou melhor, ao Tribunal de Contas. E as contas do Tribunal? Devem ser prestadas ao Poder Legislativo. Freios e contrapesos...

Imaginaria alguém o Tribunal de Contas comunicando ao Poder Legislativo que, após examinar cuidadosamente sua contabilidade financeira, encontrou tais e quais irregularidades cujo efeito consistisse na eventual punição dos responsáveis?

Inversamente, suponha-se que ao verificar a administração financeira do Poder Legislativo o Tribunal de Contas encontrasse falhas, a seu juízo, insanáveis. Vai fazer o que? Nos termos constitucionais resta-lhes apenas comunicar ao mesmo Poder Legislativo que suas contas não se encontram em perfeita harmonia com a lei. E daí? freios e contrapesos...

Puro formalismo intitucional, estéril, indicativo da mentalidade coetânea do recoso Montesquieu, para quem a personificação do Poder e das decisões última, sendo um mal necessário tendente ao abuso pela intrínseca maldade humana, devem reduzir-se ao mínimo.

Reginaldo Fanckin é advogado, professor de Direito Constitucional e colaborador de O ESTADO DO PARANÁ.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR

DEPUTADO ACIR MEZZADRI, EM SESSÃO DO DIA
21 DE DEZEMBRO DE 1984.

1985 - ANO I DA DEMOCRATIZAÇÃO DA UFPR
DIRETAS EM TODOS OS NÍVEIS

A crise da Universidade Brasileira tem muitas facetas: o corte sistemático das verbas, a burocratização das instituições de ensino superior, a perda da autonomia administrativa, acadêmica e financeira, a falta de condições de estudo (bibliotecas desatualizadas, laboratórios precários, classes superlotadas) e de trabalho (funcionários ganhando abaixo de salário mínimo, a perda salarial de docentes, funcionários e pós-graduandos: estes consideram-se também assalariados e mal pagos).

E o exercício do poder é uma destas facetas. O regime autoritário instituiu as listas sêxtuplas e tríplexes, feitas por Conselhos pouco representativos (basta lembrar que dos 32 membros do Conselho Universitário da UFPR apenas 8 não são biônicos) e na base de grandes conchavos que atendem aos interesses de grupos minoritários e ignoram a Universidade como um todo.

As consequências de termos dirigentes ilegítimos, saídos do bolso do colete e descomprometidos com a comunidade universitária são visíveis a todos: exercem seus mandatos com autoritarismo (porque são ilegítimos); desservem à causa do ensino e de pesquisa (porque em geral lhes falta a própria autoridade do saber); malversam o dinheiro público (porque não se elegem com base em programas e acabam definindo prioridades que não são aquelas da comunidade, como este caso escandaloso da construção da nova Reitoria no Juvevê, decidido por cima de toda a comunidade e num momento em que a UFPR sofre graves problemas de instalações, como o precaríssimo estado do prédio do Setor de Biologia, do Ed. Dom Pedro I e tantos outros! Mais um desmando de dirigentes descomprometidos com a Universidade).

A comunidade universitária - professores, estudantes e funcionários - quer o fim deste quadro e a democratização da UFPR, processo que deve se iniciar com eleições diretas para todos os níveis. E este não é um desejo isolado: é parte do desejo global da sociedade brasileira que, em 1984, deixou claro sua opção pela democracia e pelas diretas, onda cívica que tem de repercutir na Universidade como forma de romper o seu isolamento.

Nas questões da Universidade, tudo passa pela democracia; e o compromisso democrático exige que os candidatos se apresentem à comunidade universitária, revelem seu rosto, exponham suas idéias e assumam compromissos públicos, não se comportando

como nossos atuais dirigentes que ou defendem apenas seus interesses pessoais, ou cumprem à risca os mandos e desmandos do regime autoritário, como no período da última greve.

Talvez com a comunidade universitária assumindo a direção da própria Universidade, corramos o risco de termos uma Universidade que funcione. Quem sabe até uma nova Universidade que sirva à sociedade, que seja de fato pública. Essa nova Universidade é uma conquista:

APUFPR DCE ASUPEPAR APGUFPR UPE
Os mandatos da UFPR vencem em:

SETOR DE HUMANAS:

Diretor: 12/agosto/86

Repr. no CEP: 03/05/85

Chefes: 15/04/85

Coord.: entre 10 e 25/04/85 (Turismo 14/06
- Est. Sociais 29/10)

SETOR DE TECNOLOGIA:

Diretor: 12/08/86

Repr. no CEP: 18/06/85

Chefes: 25/04/85

Coord.: 10/06/85

SETOR DE EDUCAÇÃO:

Diretor: 12/08/86

Repr. no CEP: 02/07/85

Chefes: 23/04 (Bibl. - Teoria)

06/06 (DEPLAE - Métodos)

Coord.: 26/04/85

SETOR DE BIOLOGIA:

Diretor: 12/08/86

Repr. no CEP: 11/05/85

Chefes: 10/06/85

Coord.: Biologia 23/05/85

Licenciatura: 09/07/85

Ed. Física: 10/06/85

SETOR DE SOCIAIS APLICADAS:

Diretor:

Repr. no CEP: 21/06/85

Chefes: 01/07/85

Coord.: junho/85

SETOR DE AGRÁRIAS:

Diretor: 12/08/86

Repr. no CEP: 17/09/85

Chefes: 09/04/85

Coord.: 10/05/84

SETOR DE EXATAS:

Diretor: 12/08/86

Repr. no CEP: 28/06/85

Chefes: 29/04/85

Coord.: Matem. - Quim. 27/05/85

Fis. Est. P.Dad. em 07/06/85

SETOR DE SAÚDE:

Diretor: 12/08/86

Repr. no CEP: 07/05/85

Chefes: 15/04/85

Farmácia: 25/04/85

Coord.: Odonto. 24/06/85

Farmácia: 26/06/85

Medicina: 06/07/85

SETOR DE JURÍDICAS:

Diretor:

Repr. no CEP: 02/05/85

Chefes: junho/85

Coord.: 03/10/85

Representantes das Categorias Docentes no
Cons. de Administração: 19/12/85

TODOS AO LANÇAMENTO DA CAMPANHA !

DIA 19/12/84 (DATA DA CRIAÇÃO DA UFPR)

Local: Pátio da Reitoria

Horário: 18:00 horas

com a presença do Prof. LUIZ EDUARDO WANDERLEY - Reitor eleito da PUC/SP.

Professor: debata com seus alunos a questão das diretas!

Estudante: provoque as discussões com seus colegas e professores!

Funcionário: participe ativamente do processo!

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1984.

CARTA DE VITÓRIA

No momento em que se abre a transição para a democracia plena, é imperativo que a ação governamental volte a ser pautada pelas demandas e expectativas da sociedade. Duas aspirações são hoje claramente visíveis: o desejo unânime pelos prosseguimentos - sem tropeços - do avanço democrático e, o anseio, igualmente generalizado, pela rápida retomada do crescimento econômico.

As profundas desigualdades sociais acumuladas, agravadas por quase quatro anos de recessão, constituem obstáculo à consolidação democrática: dificilmente a injustiça social aguda pode conviver, estavelmente, com a Democracia. Neste sentido, o Programa Social de Emergência deve ser componente essencial, do próximo governo. Reativar o crescimento é necessário, mas não suficiente.

Ratificando posições assumidas na Carta de São Paulo, os Conselhos Federal e Regional de Economia vêm, portanto, enfatizar a necessidade de que os pontos seguintes sejam prioritariamente levados em conta, na formulação de políticas para o próximo ano.

I - PROGRAMA SOCIAL DE EMERGÊNCIA

1.1 - GERAÇÃO DE EMPREGOS

Deverá ser implementado um programa emergencial de criação de empregos. Indo além da concepção simplista de "frentes de trabalho" que objetivem apenas prover renda a desempregados, tal programa deve voltar-se, ao contrário, à produção de bens e serviços de utilidade social. O setor público deverá ser o principal agente da efetivação de tal programa. A experiência internacional indica que certas obras e atividades podem não só proporcionar retorno social significativo como empregos, a custos relativamente baixo. Essas atividades incluem, por exemplo, a reparação e manutenção de edifícios públicos; a efetivação de obras de abertura, calçamento e melhoramentos de vias e logradouros públicos; a expansão de redes de água e sistemas de esgoto; a construção e conservação de estradas rurais e sistemas de irrigação. Projetos visando à expansão de atividades desse tipo poderão ser levados a efeito basicamente pelo reforço de programas já existentes, selecionados precipuamente pelo critério de maximização da geração de empregos.

O detalhamento da concepção e a execução do programa deverão ser, ao máximo descentralizados, sendo necessário no entanto assegurar rotinas administrativas que agilizem o repasse de recursos e garantam a sua coordenação eficaz.

Pode-se estimar que um programa gerando 1,7 milhões de empregos em 1985 - ou cerca de 15% do número total estimado de desocupados e sub-ocupados - custaria cerca de Cr\$ 8,2 trilhões (preços de 1985). Esta meta pode ser considerada factível, trazendo um alívio significativo à situação de desemprego.

1.2 - NOVA POLÍTICA SOCIAL DE SALÁRIOS

Deverá ser definida, num processo amplo de negociação, uma estratégia que possibilite, a curto prazo, um aumento real do salário-mínimo como elemento inicial de uma política redistributiva da renda nacional. A compressão dos salários não poderá mais ser vista como instrumento de luta anti-inflacionária. Também a curto prazo, dever-se-á promover mudanças na legislação visando à autonomia e à liberdade sindical, e a definição do direito de greve: somente tais medidas, de par com a organização de categorias ainda não organizadas, poderão tornar efetiva a livre negociação salarial.

1.3 - ABASTECIMENTO

Reconhece-se que parte muito importan-

te da população brasileira sofre de carência alimentar e, no limite do nível da pobreza absoluta, a parcela mais afetada é o segmento materno-infantil.

Nesse sentido, políticas que prioritariamente visem à população de baixa renda, devem contemplar:

I) incentivo e ampliação de experiências bem sucedidas de livres formas associativas de produção de gêneros alimentícios;

II) em áreas tradicionalmente produtoras de arroz, feijão, mandioca, leite, etc., aos pequenos e médios produtores seriam garantidos: taxas diferenciadas de juros nominais, preços mínimos compatíveis com sua estrutura de custos, fornecimento adequado de sementes e outros insumos a preços subsidiados, seguro de crédito agrícola;

III) formação de estoques reguladores, importando-se alimentos a curto-prazo se necessário;

IV) reformulação dos mecanismos dos empréstimos do Governo Federal, a fim de atender prioritariamente aos produtos básicos;

V) isenção do ICM dos gêneros alimentícios;

VI) ampliação do programa assistencial à população materno infantil, elevando o grau de eficácia e abrangência das instituições atualmente existentes;

VII) criação e aperfeiçoamento dos mecanismos alternativos de comercialização para as periferias urbanas e pequenos municípios, como a rede Somar, varejões;

VIII) criação do Ministério Extraordinário para o Abastecimento, com vistas ao restabelecimento do sistema nacional de abastecimento então criado pelo conjunto de leis delegadas em 1962, extinguindo-se órgãos de ação paralela.

1.4 - HABITAÇÃO

Não se deve associar automaticamente a aquisição de "Casa própria" e o bem estar social, como pressuposto da política habitacional. É uma colocação falsa, pois a melhoria da situação deve objetivar, a rápida ampliação da oferta física de unidades habitacionais condignas, sem vincular necessariamente o homem ao imóvel ou ao contrato específico de financiamento.

As mudanças recentes no âmbito do sistema financeiro de habitação, embora significativas algumas delas, necessitam ter como base prioridades sociais melhor definidas evitando-se a adoção ou fórmulas regressivas do ponto de vista distributivo. Uma Política habitacional que vise a melhoria da qualidade de vida da população carente faz parte, necessariamente, de uma política social mais ampla.

Nesse sentido, recomenda-se que, desde

logo, sejam adotadas as seguintes providências:

a) simplificação de procedimentos administrativos e legais nos financiamentos das unidades residenciais destinadas às famílias de baixa renda;

b) corte seletivo de encargos e dilatação de prazos de vencimentos para financiamentos de valores inferiores;

c) reconstituição de fontes de recursos do sistema financeiro da habitação, particularmente considerando-se a atual incompatibilidade dos prazos de remuneração das cadernetas de poupança com a longa maturidade dos financiamentos do sistema;

d) suspensão temporária do pagamento das prestações dos mutuários carentes, com reescalonamento de prazos;

e) privilegiar a ação financiadora do BNH, para as famílias de baixa renda, através da ampliação de experiências bem sucedidas de recuperação de áreas degradadas e dos mutirões.

II - A QUESTÃO NORDESTINA

O Nordeste, o grande bolsão de pobreza do País, deve se constituir em meta prioritária de qualquer plano de desenvolvimento brasileiro, por significar não simplesmente "uma questão regional" mas um problema nacional. Este problema pode ser entendido em síntese, por observações como:

- O Nordeste detém 30% da população brasileira e participa com somente 10% da renda nacional;

- a região possui mais da metade dos analfabetos do País e sua população tem uma esperança de vida de 10 anos inferior à média do habitante do Sudeste;

- a mortalidade infantil é, no Nordeste, cerca de 40% maior que a média verificada no Sudeste.

Dentro de um Programa Nacional de Emergência, portanto, são indispensáveis, para a Região, ações que visem, particularmente:

a) garantir o suprimento de alimentos básicos e de serviços de saúde pública para a população mais carente;

b) proporcionar alfabetização em massa de adultos, através de métodos comprovadamente eficientes, no curto prazo, além, naturalmente, de educação básica para toda a população escolarizável;

c) estabelecer políticas urbanas de habitação e transporte de massa, subsidiadas pelo Governo Federal;

d) retomar e reorientar os gastos públicos federais na Região, com objetivos claramente definidos que tenham amplo efeito multiplicador e significativo alcance social, tendo em conta a proporcionalidade da população nordestina no con-

junto da população brasileira;

e) promover o fortalecimento da SUDENE como órgão de planejamento e coordenação geral na Região, com legitimidade representativa do seu Conselho Deliberativo, onde se destaquem a representação dos governos estaduais e das entidades representativas de trabalhadores e empresários.

B - Dentro de um programa nacional de longo prazo, impõe-se em favor da Região, medidas que deverão ser o quanto antes implementadas, destacando-se:

a) implantar uma reforma agrária, com base no próprio Estatuto da Terra, especialmente em áreas passíveis de pronto aproveitamento produtivo e situadas nas proximidades dos grandes aglomerados populacionais;

b) realizar reforma tributária que, nacionalmente, beneficie os Estados e os municípios na razão direta de seus efetivos populacionais e na razão inversa de suas rendas, tendo como preocupação adicional uma melhor distribuição pessoal da renda;

c) regionalizar o Orçamento da União;

d) rever a política de industrialização, considerando os princípios da eficiência e da competitividade, abrangendo não só os setores utilizadores de tecnologia avançada, como também setores onde predominem empresas de recursos locais;

e) instituir mecanismos de apoio creditício e de orientação técnica às pequenas empresas do Nordeste, sob a supervisão da SUDENE, através de mecanismos específicos.

III - O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO

Não se pode omitir a estreiteza do raio de manobra para o financiamento de um Programa Social de Emergência da envergadura aqui pretendida. A estrutura tributária estabelecida não poderá ser modificada em tempo hábil. O campo para novas "escaladas" fiscais é exíguo e, ademais, a receita do próximo exercício foi, em parte, comprometida pelas substanciais antecipações já efetuadas do IRPJ. Medidas ad hoc podem, contudo, acionadas para reforçar o desempenho da receita tributária, especialmente no 1.º semestre do próximo exercício, até que os efeitos ampliados da recuperação econômica se traduzam num crescimento expressivo da massa de impostos indiretos. Há que considerar, também, a perspectiva de repetição de um déficit operacional ainda elevado da Previdência Social, apesar do efeito positivo da expansão da massa de salários. Este desequilíbrio certamente exigirá novas transferências de recursos fiscais, até que uma solução definitiva venha a ser politicamente negociada e implementada.

De outro lado, a dívida mobiliária federal junto ao mercado apresenta, hoje, um perfil de vencimentos bastante curto e inconveniente. Representa de per si, um problema urgente a ser equacionado, não sendo possível, a curto prazo, contar com este instrumento para obter fundos adicionais. É oportuno sublinhar a importância de que o mercado financeiro veja reestabelecida, o quanto antes, a confiança e a previsibilidade das regras do jogo, inclusive das regras de indexação e de negociabilidade dos papéis, de maneira a viabilizar um reescalonamento pactuado dos prazos de vencimento. A reordenação da dívida pública (inclusive das obrigações expressas em moeda estrangeira) é premente, de forma a tornar possível o gerenciamento da política monetária e creditícia, com uma substancial redução do atual patamar, insuportável, da taxa de juros. Esta redução significa um ponderável alívio para o orçamento da União, sobrecarregado pela magnitude dos encargos financeiros, previstos em Cr\$ 9,6 trilhões para o próximo exercício.

A diminuição das taxas de juros reais, com a remoção da incerteza quanto às condições financeiras futuras é tanto mais relevante quando se leva em conta a necessidade de superar a fragilidade crescente do sistema financeiro privado, pressionado pela redução forçosa de sua margem operacional.

Os difíceis problemas acima delineados, só poderão ser progressivamente equacionados num contexto de credibilidade na gestão econômica. Representam, sem dúvida, obstáculos não desprezíveis para o financiamento do Programa de Emergência. Não obstante, em face de seu caráter prioritário, é imprescindível encontrar os meios para viabilizá-lo. Neste sentido, é importante assinalar a existência, prevista no orçamento de 85, de recursos já destinados à área social (incluindo o FINSOCIAL), que podem ser redirecionados para o Programa de Emergência, totalizando Cr\$ 3,4 trilhões. Existem, ademais, vários programas do BNH, PLANASA, MINTER, MEC que também podem ser facilmente ajustados, no montante de Cr\$ 600 bilhões. A estes recursos pode-se adicionar cerca de Cr\$ 1,4 trilhão da SEPLAN, sem alocação definida, além da significativa poupança que pode advir da substancial redução dos encargos financeiros da dívida pública.

Acima das dificuldades, o Programa Social de Emergência deve constituir uma decisão política prioritária. Além de imperativo de Justiça Social, depois de quase 4 anos de empobrecimento brutalizante das classes de baixa renda é, também, essencial para assegurar a estabilidade política de transição democrática. Diante disso,

a eventual escassez de recursos tributários não deve inibir a sua execução, devendo-se, para tanto, lançar mão de um déficit fiscal temporário, até que os efeitos positivos da recuperação econômica e da implantação de reformas contribuam para regenerar as condições de financiamento do setor público.

O anseio nacional de caminhar para a institucionalização irreversível da De-

mocracia, fundada na retomada do crescimento com justiça social, não pode ser fraudado por casuísmos ou por atropêlos retrógrados das regras-do-jogo político. Associados inseparavelmente às aspirações do nosso povo, repudiamos qualquer tentativa de frustrar a transição democrática.

DEMOCRACIA JÁ E SEMPRE!

VITÓRIA do Espírito Santo, 10/11/84

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
BALANCETE
ENCERRADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Caixa	8.695.030	Seguros a Recolher	1.641.580
Bco. Est. Pr. - C/C 3138	1.486.345	Títulos Descontados	757.500.000
Bco. Est. Pr. - C/C 29600	6.362.967		759.141.580
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Bco. Est. Pr. - Poup.	1.630.616.278	Patrimônio Líquido	676.585.397
Cx. Econ. Fed. Poup.	145.519.342		
Valores Mob.,	918.171.515	RECEITA	
Emprést. Conced.	155.646.808	Renda de Contribuições	997.064.863
Títulos a Receber	757.500.000	Renda de Títulos	1.414.214.536
		Juros de Emprést.	49.949.408
		Outras Rendas	22.750.953
			2.483.524.760
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100		
DESPESA			
Inativos	289.405.621		
Serv. de Terceiros	2.938.699		
Materiais de Consumo	394.080		
Seguros	308.110		
Despesas Bancárias	2.176.842		
TOTAL DO ATIVO	3.919.251.737	TOTAL DO PASSIVO	3.919.251.737

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 3.919.251.737 (três bilhões, novecentos e dezenove milhões, duzentos e cinquenta e um mil e setecentos e trinta e sete cruzeiros).

TÉRCIO ALBUQUERQUE
Tesoureiro

ANTÔNIO M. ANNIBELLI
Presidente

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – F E P P A – ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1985
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS (ANEXO 1)

EM CR\$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.546.000.000	DESPESAS DE CUSTEIO	25.000.000
RECEITA PATRIMONIAL	5.502.000.000	TRANSFERÊNCIAS	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000.000	CORRENTES	1.425.000.000
TOTAL	9.060.000.000	SUPERÁVIT	7.635.000.000
SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	7.635.000.000	TOTAL	9.060.000.000
		DESPESAS DE CAPITAL	
		INVERSÕES FINANCEIRAS	7.635.000.000
TOTAL	7.635.000.000	TOTAL	7.635.000.000
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	9.060.000.000	DESPESAS CORRENTES	1.425.000.000
TOTAL	9.060.000.000	DESPESAS DE CAPITAL	7.635.000.000
		TOTAL	9.060.000.000

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEP A – ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1985
RESUMO GERAL DA RECEITA

EM CR\$ 1,00

Código	Especificação	Rubrica	Fonte	Categoria Econômica
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			
1210.00.00	Contribuições Sociais	1.604.000.000	3.546.000.000	9.060.000.000
1210.01.00	Contribuição da Assembleia Legislativa	1.632.000.000		3.546.000.000
1210.02.00	Contribuição dos Deputados	159.000.000		
1210.03.00	Contribuição dos Aposentados	150.000.000		
1210.04.00	Contribuição dos Facultativos	1.000.000		
1210.05.00	Contribuição do Estado (Art. 23)			
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
1320.00.00	Receita de Valores Mobiliários	5.314.000.000	5.502.000.000	5.502.000.000
1321.00.00	Rendimentos de Títulos	188.000.000		
1322.00.00	Juros de Empréstimos			
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
1990.00.00	Receitas Diversas	12.000.000	12.000.000	12.000.000
1990.99.00	Outras Receitas			

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – F E P A – ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1985

DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DAS DESPESAS – CONSOLIDAÇÃO GERAL

EM CR\$ 1,00

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			1.425.000.000
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			25.000.000
3.1.2.0	Material de Consumo		1.500.000	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos		23.500.000	
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	20.000.000		
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	3.500.000		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1.400.000.000
3.2.5.0	Transferências a Pessoas		1.400.000.000	
3.2.5.1	Aposentados	1.400.000.000		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			7.635.000.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS			7.635.000.000
4.2.7.0	Concessão de Empréstimos		500.000.000	
4.2.9.0	Diversas Inversões Financeiras		7.135.000.000	
			TOTAL	9.060.000.000